

O desmonte do setor elétrico¹

Nivalde de Castro²

Roberto Brandão³

O Setor Elétrico Brasileiro (SEB) vem sofrendo um processo de desmonte por conta, principalmente, de ações do Congresso Nacional, que está se impondo sobre o Poder Executivo através de medidas sem base técnica, favorecendo interesses privados e gerando custos para os consumidores de energia elétrica. Para entender o contexto desse desmonte, a leitura do artigo “Congresso com poder e pouco responsável”, de Fernando Abrucio, publicado no caderno Eu & do Valor Econômico (20/6/25), é elucidativa, por indicar a perda de protagonismo político do Planalto na aprovação de medidas provisórias, projetos de leis e decretos, incluindo a sua incapacidade de veto.

O processo de desidratação política do Executivo em relação ao Congresso teve início no segundo governo da presidente Dilma Rousseff, se intensificou no governo de Michel Temer e atingiu o seu clímax com Jair Bolsonaro. Como resultante desse processo, o governo Lula herdou um passivo que expressa o enfraquecimento do “presidencialismo de coalizão”, em função do poder do Congresso com as emendas e fundos partidários bilionários, permitindo a deslealdade dos partidos políticos e congressistas da base de governista, que têm se mostrado mais infiéis do que Madame Bovary de Flaubert.

Tendo como exemplo do desequilíbrio entre os poderes o setor elétrico, Abrucio cita a recente derrubada dos vetos presidenciais ao marco legal da energia eólica em alto mar (*offshore*). A Presidência da República tentou extirpar os chamados “jabutis” - emendas incorporadas por congressistas ao projeto original - que, além de não possuírem qualquer relação com energia eólica offshore, impõem bilhões de reais em novos subsídios. Ao fim e ao cabo, tais subsídios irão aumentar diretamente a conta de energia elétrica dos consumidores pelas próximas décadas.

¹ Artigo publicado no Valor Econômico. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniaao/coluna/o-desmonte-do-setor-eletrico.ghtml>. Acesso em: 05 de ago. de 2025.

² Professor do Instituto de Economia da UFRJ e Coordenador-Geral do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (GESEL-UFRJ).

³ Diretor Científico do GESEL-UFRJ.

A decisão de derrubar os vetos presidenciais não possui fundamentação econômica, social ou relacionada ao desenvolvimento da economia brasileira. Por exemplo, são prorrogados os subsídios para usinas termelétricas a carvão, o que é uma flagrante oposição à sustentabilidade ambiental e à priorização da matriz elétrica renovável, principal fundamento a favor da energia eólica offshore, assunto central do projeto de lei em questão.

Deve-se questionar, portanto, como o Congresso consegue impor propostas que irão aumentar o custo da energia elétrica para a totalidade dos consumidores e elevar a inflação. A resposta está no realismo político avesso às preocupações com o poder aquisitivo das famílias e aumento dos custos de produção de bens e serviços, tendo em vista que a energia elétrica faz parte da estrutura de custos de praticamente todas as atividades econômicas e do bem-estar social.

Nesse nevrálgico contexto político, o governo federal tem como único instrumento de negociação a liberalização, a conta-gotas, dos R\$ 50 bilhões de emendas parlamentares para tentar mitigar o “poder sem responsabilidades”. No entanto, essa ferramenta tem se mostrado cada vez menos eficaz frente à quantidade de pautas estratégicas do Executivo, nas quais o enfrentamento dos jabutis do setor elétrico concorre com outros temas importantes e emergenciais, como, por exemplo, o IOF, a isenção de imposto de renda até R\$ 5 mil, a CPI do INSS etc.

Os fatos permitem supor que o Congresso Nacional se transformou em uma incubadora de ovos de jabuti. Os congressistas capturados pelo poder econômico têm à disposição um cesto de ovos de jabutis que podem ser usados em quaisquer medidas provisórias e projetos de lei. Pode-se constatar esta metodologia de uso múltiplo dos ovos, tomando por base o projeto de lei referente à privatização da Eletrobras.

Ali, o governo federal priorizou a aprovação da privatização em detrimento de vetar os jabutis, que incluíam, entre outras ementas, a contratação compulsória de 8 GW de usinas termelétricas a gás, mesmos em locais sem gasoduto, ficando este detalhe para futuros jabutis. Essa imposição compulsória foi uma ingerência do Congresso no planejamento do Sistema Elétrico Brasileiro, o que é da responsabilidade da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), com seus estudos qualificados e competentes que orientam decisões estratégicas de investimentos privados.

Nesta trajetória perigosa e de risco crescente para os agentes econômicos do SEB, as bases do modelo, que garantiram a expansão da capacidade de geração, transmissão e distribuição através de investimentos vultosos e de longo prazo de maturação, estão sendo gradativamente corroídos. Deste modo, são abertas perspectivas de desequilíbrios que irão na direção de uma crise estrutural, que não terá como causa a crise hídrica e o nível crítico dos reservatórios como em 2001.

A variável determinante da crise são os jabutis que aumentam subsídios, rebatendo na conta de energia elétrica. Para se ter a dimensão quantitativa, em 2024, o valor da Conta de Desenvolvimento Energética (CDE), que arca com os subsídios dos jabutis via tarifas, foi de R\$ 40 bilhões e, para 2025, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) estima chegar a quase R\$ 50 bilhões.

Em síntese, o processo de desmonte do SEB tem como vetor central o “poder sem responsabilidades” do Congresso Nacional, onde os lobbies buscam obter benefícios e aprovar subsídios a serem pagos pelos outros, criando uma corrida ao ouro em detrimento flagrante do interesse público. Os agentes econômicos mais prejudicados pelos subsídios estão recorrendo à Justiça, como é o caso dos *curtailments* de energia, que ocorrem, também, por conta dos subsídios à micro e minigeração distribuída.

Este cenário de incertezas está provocando uma quebra da confiança dos agentes econômicos, aumentando a matriz de risco e tendendo a reduzir os investimentos intensivos e de longo prazo de maturação a este setor de infraestrutura fundamental para a economia e sociedade brasileira. Em suma, os ovos de jabutis estão se transformando em ovos de serpente.